

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	2
Título: Presidente da Shell critica modelo de leilão	2
Título: Mancha de óleo chega ao Sudeste e já afeta 10 Estados	3
Título: Analistas esperam melhora do cenário para siderúrgicas somente em 2020	4
Título: Abrolhos é reaberto para visita	5
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	6
Título: Regras afetaram leilão, diz presidente da Petrobras	6
Título: Estatal prepara nova oferta de ações da BR Distribuidora	7
Título: Praias afetadas pelo óleo em PE estão liberadas para banho	8
Título: Vazamento de óleo chega ao Sudeste e atinge o Espírito Santo, diz Marinha	8
VEÍCULO: O Globo	9
Título: ‘Não privatizar Eletrobras seria crime’, diz Mansueto	9
Título: ‘Tenho de pensar no que é melhor para o acionista’	10
Título: Estatal pretende reduzir ainda mais fatia na BR Distribuidora	13
Título: Leilão do pré-sal mostra que o modelo precisa mudar	14
Título: Novo suspeito?	15
VEÍCULO: Correio Braziliense	17
Título: Óleo atinge 409 locais e agora chega ao ES	17
Título: Leilões ficam aquém do esperado	19

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 06/11/2019****Seção: Economia****Autor: Fernanda Nunes / RIO****Título: Presidente da Shell critica modelo de leilão**

Como “narcisos”, indústria e governo falharam ao dimensionar os últimos leilões de petróleo. Foi o que disse o presidente da Shell no Brasil, André Araujo, em palestra na Fundação Getulio Vargas no Rio de Janeiro. Segundo ele, ao contrário do que se pensa, o pré-sal é cheio de riscos e surpresas, e os bônus estão muito altos. “Quem não é do setor acha que essa indústria tem o bolso muito cheio”, acrescentou. O executivo chamou o setor à reflexão e defendeu que as empresas tenham liberdade para decidir por conta própria o retorno que são capazes de dar aos governos. “No momento em que tiver uma série de descobertas, não precisa ninguém dizer que o bônus vai ser alto.

O bônus vai ser alto, é natural. A nossa indústria tem capacidade suficiente para fazer uma avaliação e dar retornos para o governo adequadamente pelo que espera daquelas áreas”, afirmou o executivo. O bônus de assinatura é uma ferramenta típica do contrato de concessão usado em áreas de pós-sal. Por esse regime, sai vencedor do leilão a empresa que apresentar o maior lance pelo bloco do seu interesse. Já no regime do pré-sal, o de partilha, além de um bônus previamente fixado pelo governo, parte da produção é repassada à União e a empresa estatal PPSA controla os custos de cada projeto para ter a certeza de que não haverá desperdícios.

Na partilha, portanto, a interferência do Estado é maior. Mas, diante da ausência das gigantes estrangeiras nos leilões desta semana, o governo já cogita mudar o regime do pré-sal. Por enquanto, predomina a defesa da extinção da preferência dada à Petrobrás para que lidere o desenvolvimento das áreas. As companhias petroleiras, no entanto, pedem um pouco mais – a completa substituição do regime de partilha pelo de concessão. Apesar das críticas ao desenho dos leilões, o presidente da Shell elogiou a atuação da Petrobrás nas duas licitações desta semana e demonstrou que gostaria de ter comprado a área mais nobre do megaleilão de quarta-feira, o campo Búzios, arrematado pela estatal em parceria com a CNODC.

A fatia da sócia chinesa foi de apenas 5%. “Búzios é um bloco que todos queriam ter. Nós adoraríamos estar na posição da empresa que domina aquele bloco”, afirmou, complementando que, no lugar da Petrobrás, “não ia querer mais parceiro nenhum”. Já no leilão de quinta-feira, mesmo tendo exercido seu direito de preferência no leilão em três dos cinco blocos ofertados, a Petrobrás

comprou, em conjunto com a chinesa CNODC, apenas o bloco de Aram, o maior e mais caro da rodada. As duas empresas vão pagar R\$ 5,05 bilhões pela área e foram as únicas, das 17 habilitadas, a participar da 6.ª Rodada de Partilha de Produção.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 06/11/2019

Seção: Metrópole

Autor: Fábio Grellet / RIO

Título: Mancha de óleo chega ao Sudeste e já afeta 10 Estados

Força-tarefa identificou fragmentos do poluente na praia de Guriri, no Espírito Santo; governo capixaba criou comitê de emergência

Dois meses e uma semana após começarem a ser identificadas nas praias do Nordeste brasileiro, as manchas de petróleo cru foram encontradas pela primeira vez no Sudeste do País, na quinta-feira. Segundo a força-tarefa do governo federal que acompanha a situação, “pequenos fragmentos de óleo” foram achados na praia de Guriri, em São Mateus, que é o segundo município do Espírito Santo após a fronteira com a Bahia. O primeiro é Conceição da Barra, onde até ontem não havia registro do óleo.

Segundo nota do Grupo de Acompanhamento e Avaliação (GAA), composto pela Marinha, Agência Nacional de Petróleo (ANP) e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), as amostras da substância foram encaminhadas para o Instituto de Estudos do Mar (IEAPM), que confirmou ser o óleo encontrado no Nordeste. Com o registro em São Mateus, subiu para dez o número de Estados atingidos pelo poluente. No total, são 409 localidades afetadas. O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) indicou, na semana passada, a possibilidade de o poluente chegar ao Estado do Rio. A causa do vazamento e a origem do poluente ainda são desconhecidas.

A Polícia Federal apontou o navio grego Bouboulina como suspeito pelo derramamento. Mas a empresa Delta Tankers, dona da embarcação, nega envolvimento. Um grupo com 75 fuzileiros navais da Marinha está em Conceição da Barra e São Mateus monitorando as praias desde terça-feira. E o governo capixaba, por meio da Secretaria da Saúde, criou o Comitê Operativo de Emergência (COE), responsável por organizar as ações do Sistema Único de Saúde (SUS) no Espírito Santo, dividindo responsabilidades entre Estado e municípios.

Saúde. Segundo Gilson Almada, coordenador do COE, uma das medidas é orientar a população sobre os riscos à saúde de exposição aos resíduos. “Foi

elaborada uma nota técnica orientando os profissionais de saúde sobre como atender as pessoas que tiverem contato com o óleo e também os cuidados de proteção individual que devem ser adotados por esses profissionais.” De acordo com Almada, cerca de 400 profissionais foram capacitados pela Defesa Civil, Marinha e Exército para o recolhimento do óleo nas praias, caso necessário.

Assim, diz ele, não será preciso a ajuda voluntária da população, evitando risco de intoxicação por inalação, contato com a pele ou ingestão. Conforme o GAA, ontem havia vestígios de óleo e ações de limpeza em andamento em nove localidades do Nordeste e no Espírito Santo. De acordo com o Ibama, até hoje já foram retiradas das praias nordestinas aproximadamente 4,3 mil toneladas de resíduos de óleo.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 06/11/2019

Seção: Colunas

Autor: Renato Carvalho

Título: Analistas esperam melhora do cenário para siderúrgicas somente em 2020

Broadcast de olho nas ações

As ações das siderúrgicas fecharam a semana com altas expressivas, influenciadas por dois fatores. A melhora nas perspectivas de um acordo comercial entre Estados Unidos e China e, principalmente, as projeções de retomada da demanda por aço a partir de 2020. Este último fator é apontado por analistas como decisivo para que os investidores estejam mais otimistas com o setor. Pedro Galdi, analista da Mirae Asset, considerou os resultados do terceiro trimestre fracos, e não acredita em mudanças muito grandes para o quarto trimestre. “A expectativa maior fica para 2020, quando acreditamos que a série de medidas apresentadas pelo governo ao Congresso possam ser aprovadas. Se este cenário se confirmar, é possível que sejam retomados investimentos para aumento de capacidade, visando 2021”, explica.

Na opinião de Luis Sales, analista da Guide Investimentos, o momento para o setor de siderurgia está mais positivo, com as sinalizações dadas principalmente pela indústria e construção civil. “Como as companhias permanecem com uma capacidade ociosa ainda em patamares elevados, um aumento no volume de venda de aço pode contribuir positivamente para aumento dos lucros nos próximos trimestres”, explica Sales. Para ele, o ponto negativo é a indústria de automóveis, com a produção ainda abaixo da média por conta da crise na Argentina e demanda local ainda fraca. Por isso, a Guide está mais otimista com a Gerdau, mais exposta à construção civil e com operações internacionais.

A equipe da MyCap ressalta que os resultados das companhias do setor no terceiro trimestre já demonstraram uma recuperação na demanda, mas essa tendência não deve se repetir nos últimos três meses do ano, por conta da sazonalidade. Os analistas acreditam que o cenário será melhor em 2020. A corretora ressalta ainda que um eventual acordo entre EUA e China daria um alívio ao mercado e beneficiaria as exportações. O cenário internacional é mais ressaltado pelo economista-chefe do Modalmais, Alvaro Bandeira. Ele acredita que o fim das divergências entre os dois gigantes vai ajudar bastante as siderúrgicas.

“Com a possibilidade de acordo numa primeira fase, o quadro fica bem melhor, até porque boa parte das siderúrgicas atuam também em mineração. Podemos considerar ainda que a China deixe de inundar o mercado internacional com produtos siderúrgicos. Nossa indústria é bastante competitiva e deve se beneficiar disso”, explica. Para a próxima semana, a corretora que mais fez alterações em sua carteira recomendada foi a Mirae. Saíram Bradesco PN, B3 ON e Cyrela ON, para as entradas de Itaú Unibanco PN, JBS ON e GPA PN. No caso da rede varejista, a corretora cita principalmente os números do terceiro trimestre.

A Guide fez duas alterações, com as saídas de Petrobras PN e Via Varejo ON substituídas por MRV ON e BRF ON. Sobre a MRV, a Guide ressalta que o momento é mais delicado, por conta dos problemas nos repasses do Minha Casa Minha Vida. Mas destaca a boa estratégia comercial e tendência de queda nos distratos. Por fim, da carteira da MyCap, saíram Rumo ON e IRB ON, e entraram Hapvida ON e Braskem PNA. A Terra Investimentos fez uma mudança na sua lista, com a troca de Metalúrgica Gerdau PN por BRMalls ON.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 06/11/2019

Seção: Metrópole

Autor: Leonardo Augusto ESPECIAL PARA O ESTADO

Título: Abrolhos é reaberto para visita

O Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, no sul da Bahia, foi reaberto ontem, depois de não ter sido encontrado mais óleo na unidade de preservação ecológica. A previsão inicial era de que a suspensão da visita seguisse até a próxima quinta-feira. O parque estava fechado desde o dia 3. A informação sobre a reabertura foi divulgada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), do Ministério do Meio Ambiente. O chefe do parque, Fernando Repinaldo Filho, afirmou, em comunicado, que não foram encontrados fragmentos de óleo em Abrolhos e que os vestígios do material

identificados no dia 2 “não produziram impacto negativo direto” na fauna e na flora da área.

Na última terça-feira, o ICMBio informou que a suspensão da visita seria estendida até o dia 14, por causa do fenômeno chamado maré de sizígia, “que provoca uma amplitude na variação do nível do mar e mais força na circulação de correntes marinhas”. Isso, de acordo com o instituto, poderia contribuir para o aparecimento de mais manchas. No comunicado sobre a ampliação do tempo de fechamento, o ICMBio informou que o parque passa todos os dias por monitoramento, que envolve navios da Marinha, drone, mergulhadores autônomos, embarcações de pescadores voluntários, pesquisadores e também organizações não governamentais (ONGs).

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 06/11/2019

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Regras afetaram leilão, diz presidente da Petrobras

Rio de Janeiro O presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, disse nesta sexta (8) acreditar que a complexidade regulatória do setor de petróleo afastou estrangeiras do megaleilão do pré-sal realizado nesta semana, que contou com ofertas apenas da estatal e de chineses.

Ele declarou oposição a projeto de lei que tenta elevar o compromisso de compras no Brasil nos contratos de petróleo, que classificou como “enorme retrocesso”. Ao contrário, pediu menos obrigações.

Sem a presença de estrangeiras, o megaleilão de quarta (6) vendeu apenas duas das quatro áreas oferecidas, frustrando as expectativas de arrecadação do governo.

Petrobras e chinesas levaram a maior delas, por R\$ 69,9 bilhões. Sozinha, a estatal arrematou outra por R\$ 1,7 bilhão. “Na minha concepção, a maior barreira à atração de investimentos foi a complexidade regulatória”, disse, em discurso durante evento na FGV. “O Brasil é uma das maiores fortalezas globais em recursos naturais. É fundamental a criação de um ambiente amigável para o investimento.”

Além do megaleilão, o governo realizou no dia seguinte outra oferta de áreas do pré-sal. Mais uma vez, as estrangeiras não apareceram. A Petrobras, novamente com chineses, apresentou o único lance e levou uma das cinco áreas oferecidas, por R\$ 5 bilhões.

“Eu fiquei pensando e me vendo no papel de CEO [presidente-executivo] de empresa americana pedindo ao conselho autorização para investir bilhões de dólares e tendo que explicar conteúdo local, cessão onerosa, regime de partilha, a PPSA [Pré-sal Petróleo S.A., estatal que faz parte dos consórcios].”

Castello Branco disse que o que saiu do contexto no leilão foi a forte participação da Petrobras, que, na sua opinião, só foi possível porque a empresa vem vendendo ativos e trabalhando na redução de seu endividamento.

Ele afirmou ainda que, ao perceber a desistência de possíveis parceiros, procurou a diretora financeira da empresa, Andrea Marques de Almeida, para saber se a estatal tinha condições de entrar sozinha sem sacrificar o endividamento. Teve resposta positiva.

A Folha apurou, porém, que o governo Bolsonaro ajudou ao costurar acordo com o governo da China para apoiar a participação da estatal brasileira no leilão.

O secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, confirmou que a receita dos leilões ajudará o governo a reduzir o déficit do setor público para algo entre R\$ 70 bilhões e R\$ 80 bilhões em 2019.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 06/11/2019

Seção: Mercado

Autor:

Título: Estatal prepara nova oferta de ações da BR Distribuidora

O presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, afirmou que a estatal prepara para 2020 nova oferta de ações da BR Distribuidora, com o objetivo de reduzir ainda mais sua fatia na empresa.

Em duas ofertas desde 2017, a Petrobras deixou de ser a única acionista para uma participação de 41,25% na BR. Com as operações, arrecadou R\$ 13 bilhões, como parte de seu plano de venda de ativos para pagar dívidas.

“Vamos ficar mais minoritários ainda, porque temos em mente fazer outra operação de mercado de capitais e reduzir substancialmente nossa participação.”

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 06/11/2019****Seção: Especial****Autor: João Valadares****Título: Praias afetadas pelo óleo em PE estão liberadas para banho**

Recife- Testes laboratoriais pedidos pelo governo de Pernambuco atestam que todas as 16 praias intensamente atingidas por manchas de óleo nas últimas semanas estão liberadas para o banho.

Os testes, elaborados pela UFPE (Universidade Federal de Pernambuco) e pelo Itep (Instituto de Tecnologia de Pernambuco), não detectaram presença de hidrocarbonetos, compostos orgânicos encontrados no petróleo. Também foi realizada análise para benzeno, que é liberado após a decomposição do óleo cru.

A última coleta foi feita em 31 de outubro. Até então, havia apenas diagnósticos relativos ao índice de balneabilidade, que só levava em consideração a presença de coliformes fecais na água do mar. Na lista das praias liberadas, estão as famosas Carneiros, Maracaípe, Muro Alto e Tamandaré, todas no litoral sul.

Apenas na coleta dos dias 24 e 26 de outubro, a praia de Itapuama, no Cabo de Santo Agostinho, apresentou índice de hidrocarbonetos acima do limite previsto pela resolução do Conama 357/2005. No teste do dia 31, não houve presença do material tóxico.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 06/11/2019****Seção: Especial****Autor: Matheus Moreira****Título: Vazamento de óleo chega ao Sudeste e atinge o Espírito Santo, diz Marinha**

São Paulo- O óleo que já atingiu praias de todos os estados do Nordeste chegou ao Sudeste na quinta-feira (7). A informação foi divulgada pela Marinha em comunicado na sexta (8).

Segundo a nota, foram encontrados e recolhidos pequenos fragmentos de óleo na praia de Guriri, no município de São Mateus, no Espírito Santo.

As amostras recolhidas foram enviadas para o IEAPM (Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira), que confirmou que o óleo é o mesmo encontrado em outras regiões do país.

Antes desse anúncio, 409 locais em todos os estados do Nordeste haviam sido afetados pelas manchas de óleo. Pelo menos 95 animais foram encontrados mortos em oito estados.

Em Sergipe, 12 aves migratórias na Apa-Sul (Área de Proteção Ambiental Litoral Sul), foram encontradas com vestígios de óleo. Mais de 350 animais foram recolhidos por pesquisadores da UFBA (Universidade Federal da Bahia) em parceria com órgãos estaduais de Sergipe.

Os bichos analisados tinham óleo nas patas e asas, o que indica que o contato com o material aconteceu na areia, e não em alto-mar, de acordo com o gestor da APA Sul, Paulo César Umbelino.

O contato pode ter acontecido nos bancos de areia do rio Real, que ficam na divisa entre o Sergipe e a Bahia.

O óleo também já atingiu o ecossistema de ao menos 14 unidades de conservação. Na sexta (8), o Parque Nacional de Abrolhos, um dos principais berços de biodiversidade marinha do Atlântico Sul, foi reaberto para visita.

O parque estava fechado desde o dia 1º, quando as autoridades confirmaram a presença de fragmentos de óleo na praia norte da Ilha de Santa Bárbara, uma das cinco que formam o arquipélago.

VEÍCULO: O Globo

Data: 06/11/2019

Seção: Economia

Autor: RAMONA ORDONEZ

Título: 'Não privatizar Eletrobras seria crime', diz Mansueto

Para secretário do Tesouro Nacional, receita de leilões de petróleo deve permitir reduzir déficit primário do governo para R\$ 70 bi

O Secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, defendeu a privatização da Eletrobras, sustentando que pela falta de capacidade de investimento, a empresa perde competitividade a cada ano. Ele destacou ainda que a receita obtida com os leilões de petróleo realizados esta semana deverá ser possível reduzir o déficit primário do setor público para entre R\$ 70 bilhões e R\$ 80 bilhões, bem abaixo da previsão da ordem de R\$ 139 bilhões.

— Se nós não privatizarmos a Eletrobras, nós estaremos fazendo um crime contra o povo brasileiro. Porque deixar a Eletrobras da maneira que está, sem capacidade de investimento, significa que a cada ano vai perder mercado e ficar menos competitiva — destacou o secretário, que participou de evento organizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), ontem, no Rio.

Na última terça-feira, o presidente Jair Bolsonaro assinou projeto de lei que autoriza a privatização da Eletrobras e estabelece as regras do processo. O texto prevê que o governo brasileiro não terá a chamada golden share, classe especial de ações que dá poder de veto à União em decisões estratégicas.

Mansueto ressaltou que a estatal teve elevados prejuízos e que, agora, não tem capacidade de investir. Ele também fez críticas a medidas adotadas no governo de Dilma Rousseff para o setor elétrico, principalmente a medida provisória 579, de 2013, que tratou da revisão dos contratos de concessão do setor elétrico.

Com a melhora na economia e a queda da taxa de juros, a expectativa, diz o secretário, é que a dívida do país vai seguir crescendo até 2023. Depois disso, começará a cair, sem considerar os recursos que virão com as privatizações. Segundo Mansueto, o governo espera fechar 2028 com uma dívida na casa de 72% do PIB, contra os 79% atuais.

VEÍCULO: O Globo

Data: 06/11/2019

Seção: Economia

Autor: RAMONA ORDONEZ E BRUNO ROSA

Título: 'Tenho de pensar no que é melhor para o acionista'

Entrevista: Roberto Castello Branco/ presidente da Petrobras

Executivo diz que estatal sai dos leilões do pré-sal com reservas atraentes economicamente. Para ele, regras afastaram rivais de 'boa oportunidade'

O presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, recusa a ideia de que a estatal pode ter atrapalhado os dois leilões do pré-sal realizados esta semana, que terminaram com blocos sem ofertas. Só a Petrobras, associada com as estatais chinesas CNOOC e CNODC em alguns lances, arrematou áreas. Em entrevista ao GLOBO, ele atribuiu o desinteresse das estrangeiras às regras complexas do atual modelo regulatório, que obriga o regime de partilha em leilões do pré-sal e dá preferência à Petrobras. A estatal não apresentou oferta para dois blocos para os quais havia manifestado interesse, surpreendendo o próprio governo. O executivo diz que a estratégia se concentrou apenas nos interesses da empresa. E negou que a parceria com as chinesas envolva o

pagamento antecipado por elas dos bônus dos blocos de Búzios e Aram, na Bacia de Santos, nos quais se associaram. O dinheiro, segundo ele, sai do caixa da Petrobras.

O que muda para a Petrobras com os blocos arrematados?

São áreas importantes. Búzios tem reservas altas, custo de extração baixo e é resistente a preços de petróleo muito baixos. Temos critérios rigorosos. Não são aprovados projetos que não resistam a um barril a US\$ 45 ao longo do tempo. Conhecemos bem Búzios, onde já produzimos 600 mil barris por dia.

O Brasil precisa mudar a regulação do setor de petróleo?

A regulação é extremamente complicada. Precisa ter um ambiente institucional pró-mercado, amigável ao investidor. É uma herança do passado. O Brasil tem uma estrutura reguladora muito complicada com vários regimes de exploração, como a concessão, usada em países desenvolvidos e emergentes. Tem a cessão onerosa (contrato de capitalização da Petrobras em 2010 cuja revisão viabilizou o megaleilão de quarta-feira), que é uma jabuticaba. E tem a partilha. Agora tivemos cessão onerosa com partilha. Por isso, o ministro (da Economia) Paulo Guedes disse que é um suco de jabuticaba. É extremamente complicado. O mercado gosta das coisas simples. As coisas que funcionam são as simples.

Essa complexidade dificultou atrair parceiros nos leilões?

Não tivemos dificuldade em atrair parceiros porque eles sabem que a Petrobras é quem mais conhece o pré-sal. A dificuldade que encontraram foi na complicação existente na regulação. Isso merece uma reflexão por parte das autoridades. Vi declarações a respeito. Entendo que será corrigido.

Mas qual aspecto da regulação os investidores levaram em conta?

O Brasil tem conteúdo local. Tem que obedecer as regras. A empresa tem que ser livre para escolher os seus fornecedores e olhar o melhor interesse dos acionistas, não ser ditada por norma do governo. A partilha dá um excessivo poder a uma agência de governo. Fica difícil para um CEO explicar isso para seu Conselho e obter aprovação para investir aqui.

O senhor concorda com a ideia do governo de acabar com o direito de preferência da Petrobras no pré-sal?

Sou contra privilégios. A Petrobras não quer monopólio. Estamos trabalhando também para eliminar a posição dominante em refino e gás natural.

A Petrobras atrapalhou o desempenho do leilão ao manifestar interesse por algumas áreas e não fazer propostas pelos blocos?

Por lei, somos obrigados a manifestar interesse em áreas. Na 6- Rodada (quinta-feira), manifestamos em algumas. Ao longo do tempo, decidimos não participar de duas. Foi uma decisão com muita reflexão e análise. Se alguém apresentasse proposta, não exerceríamos a preferência.

Mas atrapalhou?

Cada um é soberano para tomar decisões. Eu tenho de pensar no que é melhor para os acionistas da Petrobras. Se (outras empresas) não quiseram entrar, perderam boa oportunidade. Mas entendo as complicações que enfrentam. O que está errado não é a Petrobras nem as empresas. É o modelo regulatório.

Como a companhia vai pagar os bônus? Os chineses vão arcar antecipadamente como valor?

Não houve conversa, dos chineses anteciparem pagamento à Petrobras. Aliás, vamos pré-pagar parte de uma dívida com o China Development Bank. São US\$ 5 bilhões. Vamos tirar do caixa até o fim do ano. Se alguém vai dar dinheiro para alguém somos nós. Nenhum chinês vai nos antecipar pagamento. Não houve essa conversa. A Petrobras vai continuar com sua estratégia, que é ser tratada como uma empresa normal. Não precisamos desses recursos. Queremos eles como parceiros não como financiadores.

Então serão recursos próprios?

A Petrobras vai entrar com recursos da Petrobras.

O governo pretende chegar a 7 milhões de barris diários em dez anos. A meta é viável?

Essa é uma estimativa do governo. Não sei como chegaram a esse número.

Qual é a meta da Petrobras?

O Plano de Negócios será anunciado no dia 28.

A Petrobras pretende entrar nos leilões de 2020?

É prematuro ainda. Depende de análise de oportunidade. Mas seguimos o princípio: capital escasso. Os projetos têm que ser escolhidos por critérios rigorosos de risco e retorno. Só aqueles mais meritórios serão escolhidos. Não queremos crescer a produção de petróleo a todo custo. É crescer com

qualidade, com ativos de classe mundial para aproveitar os recursos existentes. E a preços bons para que a gente possa criar valor. E isso vai continuar, embora a preços menores. A demanda global vai continuar a crescer por 15 a 20 anos.

VEÍCULO: O Globo

Data: 06/11/2019

Seção: Economia

Autor: RAMONA ORDONEZ

Título: Estatal pretende reduzir ainda mais fatia na BR Distribuidora

Empresa, privatizada em julho, lança PDV para economizar R\$ 650 milhões

O Presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, anunciou que no próximo ano a empresa pretende realizar outra operação no mercado de capitais para reduzir ainda mais sua participação na BR Distribuidora, que foi privatizada em julho.

ABR lançou ontem um plano de demissão voluntária (PDV) para todos os seus funcionários, cujo objetivo é economizar R\$ 650 milhões por ano. Na operação de venda de ações da BR Distribuidora, a Petrobras reduziu sua participação na companhia de 71% para 41%.

— No Brasil, hoje, não existe mais estatal na distribuidora de combustíveis. Existia a BR Distribuidora, e ela se foi. Hoje a Petrobras é um acionista minoritário, e vai ficar mais minoritário ainda porque temos em mente fazer outra operação no mercado de capitais em 2020 e reduzir substancialmente nossa participação —ressaltou Castello Branco em evento na Fundação Getulio Vargas (FGV).

PRODUÇÃO EM ALTA

Segundo o executivo, a Petrobras levará adiante seu plano de desinvestimentos, saindo de áreas que não estão mais no foco da companhia e reduzindo sua presença em atividades nas quais tem monopólio. Um exemplo é o setor de refino: a estatal vai vender oito refinarias para ficar com 50% do mercado.

Mantendo sua política de priorizar investimentos na exploração de petróleo em águas profundas, principalmente no pré-sal, Castello Branco afirmou que, neste ano, a Petrobras já vendeu 70 campos maduros em águas rasas, ajudando a criar novas empresas de petróleo a atuar nesse setor. O executivo lembrou também a venda, concretizada nesta semana, da Liquigás, distribuidora de GLP,

o gás de cozinha. A empresa ficará com a Copagaz e Itaúsa, que ofereceram R\$ 3,7 bilhões.

O presidente da Petrobras disse que, depois de a produção da Petrobras ter ficado estagnada por quase dez anos, agora está batendo recordes, atingindo mais de três milhões de barris de petróleo por dia.

VEÍCULO: O Globo

Data: 06/11/2019

Seção: Editorial

Autor:

Título: Leilão do pré-sal mostra que o modelo precisa mudar

Ficou evidente, já em 2013, que concorrência poderia ser maior não fosse a imposição do sistema de partilha

No seu estilo peculiar, muito franco, o ministro Paulo Guedes, da Economia, resumiu a análise dos resultados do leilão de áreas do pré-sal, na semana passada: “Tivemos uma dificuldade enorme para, no final, nós vendermos para nós”, disse. “Ficamos cinco anos conversando a respeito, fizemos um trabalho espetacular, aprofundando, examinando. Chegou ao final, deu no show.” “Sumiu todo mundo da sala, só ficou ela lá”, acrescentou, referindo-se à Petrobras. E questionou: “Será que a concessão, que é usada no mundo inteiro, não é melhor que a partilha, que é usada por influência de alguns operadores petroleiros franceses em regimes corruptos na África?”.

Reafirmou-se a necessidade do fim do modelo de partilha, usado na cessão de áreas do pré-sal para exploração, adotado no governo Dilma Rousseff. Isso precisa ser corrigido rapidamente, com mudança para o sistema de concessões. Foi o modelo de partilha que deixou o Brasil, durante anos, à margem do mapa-múndi dos grandes leilões para exploração de áreas promissoras em petróleo. Perdeu-se tempo e oportunidades numa etapa de alta significativa nas cotações internacionais do petróleo — o barril ultrapassou a barreira dos US\$ 100 —, o que sempre aumenta a atratividade desses leilões.

Em 2007, teve-se a confirmação do potencial de óleo na camada do pré-sal. O país esperou cerca de seis anos, entre os governos Lula e Dilma, até a definição do modelo de negócios para essa área. E, em 2013, realizou-se o primeiro leilão pelo modelo de partilha, da área batizada de Libra.

Na época apenas um consórcio se apresentou, com a participação da Petrobras. O bônus de assinatura foi significativo, rendeu R\$ 15 bilhões à União, sem

considerar a parcela de óleo que será cedida na fase de produção. Porém, confirmou-se abaixo atratividade do modelo.

Ficou evidente, já no leilão de 2013, que a concorrência poderia ter sido maior, não fosse a imposição do sistema de partilha. Essa opção do PT teve inspiração no método disseminado por alguns exploradores franceses na África. Baseia-se em maior ingerência do Estado no negócio de exploração e produção de petróleo.

A versão brasileira foi condimentada com amarras estatais adicionais. Criou-se uma empresa (estatal) para administrar o óleo compartilhado. Estabeleceu-se, também, o monopólio da Petrobras na operação das áreas, ainda com a participação compulsória da empresa (estatal) de no mínimo 30% em todos os consórcios.

O resultado está aí. O país está completando 12 anos de resultados pífios na exploração de petróleo, em contraste com o potencial disponível no pré-sal, pela insistência em um modelo que desde o primeiro leilão se mostra ineficiente para impulsionar a competição setorial e alavancar o crescimento econômico. É preciso mudar, rapidamente.

VEÍCULO: O Globo

Data: 06/11/2019

Seção: Sociedade

Autor: RAFAEL GARCIA

Título: Novo suspeito?

Navio fantasma deixou rastro negro no mar do Nordeste antes de óleo chegar às praias

SÃO PAULO- Um navio que passou no litoral potiguar em 24 de julho e deixou um rastro negro visível numa imagem de satélite não era localizável por meio de transponder na ocasião, sinal de que pode ser uma embarcação fantasma. A informação é da multinacional grega Marine Traffic, que monitora tráfego naval no planeta inteiro.

A pedido do GLOBO, a empresa fez uma busca em seu banco de dados para cruzar com a imagem de satélite, que mostrava a embarcação 40 km ao norte de São Miguel do Gostoso (RN) entre 8h e 8h06 do dia 24 de julho. A foto mostrava três pontos brancos (embarcações), mas os dados de transponder registraram a presença de apenas uma: um cargueiro de veículos americano, que navegava na direção contrária ao rastro observado, portanto não poderia tê-lo gerado.

O navio é alvo de cientistas na investigação sobre derramamento de óleo no Nordeste. A imagem de satélite em questão foi encontrada pelo Laboratório de Análise e Processamento de Imagens de Satélites (Lapis), da Universidade Federal do Alagoas, no banco de dados do satélite europeu Sentinel-1A.

Segundo Humberto Barbosa, cientista que lidera o laboratório em Maceió, os sensores usados para fazer a imagem são adequados para capturar o contraste entre óleo e água, porque leem propriedades elétricas da água. O satélite não fez o acompanhamento da embarcação porque aquele sensor específico só registra aquela região do litoral uma vez a cada 12 dias.

A Marine Traffic, que tem sede na Grécia, porém, registrou as trajetórias dos cinco navios gregos que o governo brasileiro destacou como suspeitos pelo derramamento. Mas, segundo o Lapis, nenhum deles teve trajetória que se encaixasse na fotografia. Eles são o Bouboulina (tido pela Marinha como principal suspeito), Maran Apollo, Maran Libra, Cap Pembroke e Minerva Alexandra.

Barbosa, que analisou as rotas levantadas pela Marine Traffic, diz que não acredita, em princípio, na culpabilidade de nenhum deles.

— Datas e outras particularidades eliminam a suspeita — afirma.

Os nomes dos navios foram divulgados pela empresa Delta Tankers, operadora do Bouboulina, que recebeu cópia do ofício que o governo do Brasil enviou à autoridade naval da Grécia.

REGISTRO GLOBAL

A Marinha Brasileira não informou se enviou ofício a outros países, mas revelou alguns detalhes da investigação, como a busca por navios que estivessem carregando petróleo venezuelano.

Segundo Giorgios Hatzimanolis, porta-voz da Marine Traffic, não é certeza que um navio com transponder desligado esteja necessariamente se escondendo, mas alguns o fazem.

— Na maioria dos casos, estão fazendo algo ilegal ou movendo mercadoria para dentro e para fora de países que sofrem sanções, como a Venezuela — afirma.

Três dos navios gregos investigados passaram pela Venezuela, mostram dados da empresa, mas com o transponder ligado.

Apesar de tomarem direções diferentes, tanto as investigações da HEX — que embasaram a suspeita da Marinha sobre o Bouboulina — quanto as do Lapis sobre o derramamento de

óleo no Nordeste usam dados do site grego Marine Traffic. Caso o culpado pela mancha de óleo não seja navio fantasma, sua rota deve estar em algum lugar no mar de dados que a empresa armazena.

— É uma exigência legal da Organização Marítima Internacional que todas as embarcações com tonelagem bruta acima de 25.000t tenham transponder de AIS (sistema de identificação automático) e transmitam sua posição ao menos uma vez por dia. Muitos transmitem suas posições a cada minuto, por razões de segurança — conta Hatzimanolis.

Segundo ele, os servidores da Marine Traffic armazenam dez anos de dados de tráfego global.

— Temos a maior cobertura, com mais de 3 mil receptores (de transponder) terrestres, e trabalhamos com três empresas de satélites — afirma.

— Recebemos posição de 190 mil navios por dia. Num bom dia, esse número pode chegar a 205 mil ou 210 mil.

Segundo a empresa, podem existir de 5 mil a 7 mil navios cada momento que tenham seus transponders desligados, mas só uma pequena fração o faz para esconder ilegalidades.

— Podem ser navios que não estão em serviço, navios em reparos, navios que navegaram para fora da zona de cobertura. Há várias outras razões que levam a isso — afirma Hatzimanolis.

Procurados, a empresa HEX e o Grupo de Acompanhamento e Avaliação (GAA, formado por Marinha, ANP e Ibama) não se manifestaram até o fechamento desta edição.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 06/11/2019

Seção: Brasil

Autor: Maria Eduarda Cardim

Título: Óleo atinge 409 locais e agora chega ao ES

O número de localidades do Nordeste atingidas por óleo chegou a 409, segundo balanço do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Ao todo, pelo menos 104 municípios de todos os nove estados da região foram afetados por fragmentos ou manchas desde 30 de agosto. Ontem, os resíduos chegaram ao Sudeste: as primeiras placas foram encontradas na praia de Gururi, no município de São Mateus (ES) — segunda localidade depois da fronteira com a Bahia.

No caso capixaba, o material encontrado foi encaminhado ao Instituto de Estudos do Mar, que confirmou ser o mesmo encontrado no Nordeste. Um efetivo de 75 fuzileiros navais continua na região de Conceição da Barra, fronteira com a Bahia, monitorando a região em busca de manchas.

Mas, no caso do Nordeste, que tem 153 municípios litorâneos, o óleo chegou a ao menos 67,9% das cidades da costa, segundo o Ministério da Saúde. Já o balanço do Ibama indica, também, que apenas 166 das 409 localidades atingidas estão “limpas”, isto é, sem vestígios. Dentre as que ainda têm óleo, estão a Praia do Japaratinga e a Foz do Rio Manguba, em Alagoas, e a Ilha de Comandatuba e a Costa do Sauípe, na Bahia.

Por estado, as 243 localidades ainda sujas se distribuem da seguinte forma: Bahia (100), Alagoas (45), Sergipe (34), Pernambuco (26), Rio Grande do Norte (21), Ceará (11), Maranhão (três), Paraíba (duas) e Piauí (uma).

Em relação à fauna, ao menos 128 animais vitimados foram identificados pelo Ibama. Os dados se referem especialmente a tartarugas marinhas (89) e aves (25). Nas redes sociais, a Fundação Mamíferos Aquáticos chegou a compartilhar imagens da recuperação de uma ave completamente manchada encontrada em Maragogi (AL).

Pesquisadores apontam que o petróleo também foi encontrado no organismo de vários animais, como mariscos e peixes. Eles também ressaltam que o impacto ambiental do óleo pode persistir por décadas.

A primeira mancha foi oficialmente identificada em 30 de agosto, no município de Conde (PB). Quatro dias depois, foi encontrada na Ilha de Itamaracá (PE). Ao todo, foram atingidos mais de 2,2 mil quilômetros da costa, dos quais foram retiradas mais de 4,3 mil toneladas de petróleo.

Ceará se prepara colocando barreiras

Medidas preventivas começaram a ser adotadas para evitar que outras praias e rios do Ceará sejam alcançados pelo vazamento de óleo. A exemplo de Pernambuco e Sergipe, o governo cearense iniciou a instalação de barreiras para

contenção. Inicialmente, as redes estão sendo colocadas na foz do Rio Jaguaribe, em Fortim, município distante cerca de 132,8 quilômetros de Fortaleza. Serão três equipamentos em pontos específicos do local. Duas delas já foram posicionadas e a terceira tem conclusão prevista para amanhã. Segundo o governo do Ceará, o equipamento possui 1,2 mil metros de extensão. O secretário da Sema afirmou que as barreiras foram posicionada nas duas margens e em outro ponto mapeado. Com isso, caso as manchas ultrapassem uma das barreiras, ficariam presas nas contenções seguintes. Caso a experiência com a medida obtenha êxito, elas serão aplicadas em outros locais do estado.

Resíduos somem e Abrolhos é reaberto

O Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, no sul da Bahia, foi reaberto ontem, depois de não ter sido encontrado mais óleo na área de preservação ecológica. A previsão inicial era de que a suspensão da visitação seguisse até dia 14. O parque foi fechado no dia 3.

A informação sobre a reabertura da unidade de preservação foi divulgada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), do Ministério do Meio Ambiente. O chefe do Parque, Fernando Repinaldo Filho, afirmou, em comunicado, não ter sido encontrado fragmento de óleo em Abrolhos e que os vestígios do material identificados no dia 2 “não produziram impacto negativo direto” na fauna e na flora da área.

Terça-feira passada, o ICMBio informou que a visitação seria estendida até 14 de novembro por causa de fenômeno chamado de maré de sizígia, “que provoca uma amplitude na variação do nível do mar e mais força na circulação de correntes marinhas”. Isso, segundo o instituto, poderia contribuir para o aparecimento de mais manchas.

O ICMBio, no comunicado sobre ampliação do tempo de fechamento, informou que o parque passa todos os dias por monitoramento, que envolve navios da Marinha, drone, mergulhadores autônomos, embarcações de pescadores voluntários, pesquisadores e organizações não governamentais (ONGs).

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 06/11/2019

Seção: Opinião

Autor:

Título: Leilões ficam aquém do esperado

Visão do Correio

O governo arrecadou R\$ 75 bilhões com o megaleilão e a sexta rodada de partilha do pré-sal. A Petrobras, em sociedade com estatais chinesas CNODC e CNOOC, ficou com três das nove áreas dos pregões: Búzios, Itapu, na cessão onerosa, e Aram na sexta rodada de partilha. O resultado frustrou a expectativa do governo, que esperava arrecadar, no primeiro leilão, R\$ 106,5 bilhões, e, no segundo, R\$ 7,9 bilhões no segundo. O valor apurado na cessão onerosa ficou em R\$ 70 bilhões. Desse total, terá indenizar a companhia brasileira pelos investimentos feitos nas áreas, dividir uma parte com os estados e se contentar com menos de R\$ 24 bilhões. Do segundo pregão, contará com mais R\$ 5 bilhões. Ou seja, para reduzir o déficit de R\$ 139 bilhões, terá menos de R\$ 30 bilhões.

O resultado dos leilões decepcionou também o mercado, pela não participação de empresas estrangeiras. O dólar teve alta de 2,21%, e as ações da Petrobras caíram ao longo da quarta-feira. O evento foi o último do ano com potencial para atrair recursos estrangeiros. A ausência de petroleiras estrangeiras serviu de alerta para a equipe econômica: as regras do leilão precisam ser alteradas. A Petrobras exerceu o direito de preferência, e acabou com três áreas colocadas à venda. O regime de cessão onerosa pesou na decisão das empresas internacionais de se ausentarem da disputa. Além do valor do lance inicial, quem arrematasse quaisquer um dos blocos teria que indenizar a Petrobras, encarecendo demais o investimento.

O governo está ciente de que a Petrobras não pode exercer o direito de preferência em todos os pregões, nem impor participação mínima de 30% nos consórcios vencedores. Tais exigências seriam uma distorção das regras de leilões e inibidoras à participação de petroleiras internacionais, normalmente habituadas a regras mais flexíveis e a menos incertezas.

Há ainda os aspectos ambientais. A demora do governo em enfrentar o derramamento de óleo no Nordeste mostrou que o tempo de resposta dos órgãos ambientais é muito longo em situação de acidente. Além disso, o Brasil coloca suas reservas à venda, quando a tendência global é de se apostar em fontes limpas de energia, deixando as fósseis em plano secundário. Todos esses fatores terão de ser ponderados pelo governo a fim de evitar frustrações nos futuros leilões.

MME / ASCOM .